

N. F. Nº - 298942.1435/23-2
NOTIFICADO - CIASEEDS AGRONEGÓCIOS LTDA.
NOTIFICANTE - HELDER RODRIGUES DE OLIVEIRA
ORIGEM - DAT SUL / IFMT SUL / POSTO FISCAL BAHIA-GOIÁS
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 10.07.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0140-05/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ENCERRAMENTO DE DIFERIMENTO. A ulterior apresentação de documentação fiscal não elide a ação de trânsito de mercadorias, haja vista a obrigação de pagar o imposto antes da saída da mercadoria autuada, devendo estar acompanhada do respectivo recolhimento. Se fosse comprovado que o recolhimento foi efetuado antes da ação fiscal, mas por descuido não se fez acompanhar do comprovante, estaria simplesmente se descumprindo uma obrigação acessória passível de multa. Mas não é o caso desta lide. O impugnante recolheu o imposto depois de realizada a ação fiscal, devendo pagar a notificação com multa, e se for o caso, efetuar o estorno do pagamento feito em duplicidade em momento posterior à ação fiscal. Negada a preliminar de nulidade. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal lavrada no trânsito de mercadorias, em 20.10.2023 para lançamento de imposto devido por operações sem regime de diferimento, no valor de R\$ 17.553,06, acrescido de multa de 60%, decorrente da seguinte infração:

INFRAÇÃO 050.001.001 – Falta de recolhimento do ICMS em operação com mercadorias enquadradas no regime de diferimento em situação onde não é possível a adoção do referido regime desacompanhada de DAE ou Certificado de Crédito.

DESCRIÇÃO DOS FATOS – Falta de recolhimento em apuração sumária nas saídas interestaduais de semente de soja, DANFE 1902. Art. 332, V, alínea “k”, parágrafo 1º do RICMS.

Às fls. 26/36, foi apresentada impugnação, a seguir transcrita, em resumo:

Alega que o referido DANFE foi incluído no pagamento do regime geral de apuração do ICMS no mês corrente de 10/23, não havendo, portanto, crédito tributário contra o impugnante. Que não houve descumprimento de obrigação tributária principal, a saber, o recolhimento sobre o valor da operação realizada, porque a despeito do pagamento ter ocorrido fora do prazo do art. 332, V, k, do RICMS/BA, a impugnante recolheu integralmente o tributo.

Que a fiscalização não identificou corretamente a infração passível de aplicação de penalidade, pois não considerou a operação objeto do DANFE 1902 que ensejou a exigência do crédito tributário, que foi tributada no regime normal de apuração do ICMS.

Apresenta cópia do livro de apuração do imposto nas saídas de mercadorias, onde procedeu o registro do DANFE e o DAE que se refere ao mês 10/2023 inclui o valor ora questionado.

A seguir, faz questionamento da inconstitucionalidade da antecipação do ICMS, com julgamentos do STF. Pede que seja acolhida a impugnação com insubsistência do lançamento fiscal por violação do art. 142 do CTN, e na hipótese de vir a ser superado, nas razões de mérito, o cancelamento integral da autuação.

VOTO

Trata-se de julgamento de notificação fiscal por falta de pagamento de imposto devido em operação interestadual com sementes de soja, cujo DANFE destacou o ICMS de R\$ 15.202,42, porém estava desacompanhado do documento de arrecadação.

O impugnante sugere descumprimento do art. 142 do CTN que dispõe sobre a ocorrência do fato gerador, determinação da matéria tributável, e cálculo do montante devido, alegando pretensa nulidade, que *prima facie*, não observo já que o imposto lançado inclusive é o mesmo destacado no documento fiscal que acompanhava as mercadorias. Assim, denego o pedido de nulidade.

No mérito, argumenta que o imposto foi lançado em sua escrituração, no livro de saídas referente ao mês da operação, outubro de 2023 e que teria sido recolhido na apuração mensal.

Vejam os fundamentos legais do lançamento, conforme RICMS/BA 2012:

SEÇÃO II Dos Prazos de Recolhimento do Imposto

Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:

V - antes da saída das mercadorias, nas seguintes operações, inclusive quando realizadas por contribuinte optante pelo Simples Nacional, observado o disposto no § 4º deste artigo:

k) com produtos agropecuários e extrativos vegetais e minerais;

§ 1º Nas hipóteses em que o pagamento do ICMS seja exigido antes da saída das mercadorias ou do início da prestação de serviço de transporte, o documento de arrecadação acompanhará a mercadoria ou o transporte para ser entregue ao destinatário da mercadoria ou ao tomador do serviço, devendo ser consignado no campo "Informações Complementares" o número da respectiva nota fiscal ou do conhecimento de transporte.

O notificado alega que o imposto foi lançado e apurado no mês de outubro, que se encerra na data de 31.10.2023, e só então se apurou o imposto a pagar. A notificação foi feita no dia 20.10.2023 sendo que além de pagamento intempestivo, o contribuinte fez sua apuração e eventual pagamento do imposto, depois da ação fiscal.

A ulterior apresentação de documentação fiscal não elide a ação de trânsito de mercadorias, haja vista a obrigação de pagar o imposto antes da saída da mercadoria autuada, devendo estar acompanhada do respectivo recolhimento. Se fosse comprovado que o recolhimento foi efetuado antes da ação fiscal, mas por descuido não se fez acompanhar do comprovante, estaria simplesmente se descumprindo uma obrigação acessória passível de multa. Mas não é o caso desta lide. É fato incontroverso que no momento da ação fiscal, havia descumprimento de obrigação principal.

Durante a sessão de julgamento, a representante do contribuinte alegou que o lançamento foi feito em 20.10.2023, contudo a intimação foi efetuada em 06.12.2023, com tomada de ciência na mesma data, e que o pagamento da apuração do mês de outubro, o lançamento seria improcedente, em virtude de pagamento antes de ser cientificado do lançamento, devendo então ser considerado o pagamento por espontaneidade.

De fato, se aqui tratássemos de uma fiscalização de estabelecimento, e não houvesse uma intimação que inibisse a espontaneidade, o auto seria improcedente, conforme preceitua o Regulamento do Processo Administrativo Fiscal – RPAF.

DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA

Art. 95. No caso de o contribuinte, antes do início de qualquer procedimento fiscal, procurar espontaneamente a repartição fazendária de sua circunscrição para comunicar irregularidade ou recolher tributo não pago na época própria, observar-se-á o seguinte:

Contudo, estamos diante de uma ação fiscal de trânsito de mercadorias, que tem as seguintes considerações no supracitado regulamento

Art. 26. Considera-se iniciado o procedimento fiscal no momento da:

I - apreensão ou arrecadação de mercadoria, bem, livro ou documento;

II - lavratura do Termo de Início de Fiscalização;

III - intimação, por escrito, ao contribuinte, seu preposto ou responsável, para prestar esclarecimento ou exibir elementos solicitados pela fiscalização;

IV - emissão de Auto de Infração ou de Notificação Fiscal.

Art. 31-E.

A apreensão de mercadorias, bens, livros ou documentos constitui procedimento fiscal destinado a documentar a infração cometida, para efeito de constituição de prova material do fato.

Parágrafo único. - Tratando-se de apreensão de mercadorias, uma vez lavrado o Termo de Apreensão, este perderá a validade se, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, não for lavrado o Auto de Infração correspondente, devendo ser considerada encerrada a ação fiscal e podendo o sujeito passivo recolher o débito espontaneamente.

Além da lavratura de notificação fiscal, há também o termo de ocorrência na mesma data, fl. 03, que de acordo com a legislação acima exposta, não possibilita ao notificado alegar o pagamento antes da intimação formal, e com isto, pedir uma equivalência a uma denúncia espontânea, pois embora a intimação para defesa tenha ocorrido em 06.12.2023, em momento posterior ao pagamento, o procedimento fiscal seguramente foi iniciado na data de 20.10.2023, o que cessa a espontaneidade do notificado em recolher o imposto a partir deste momento.

O impugnante recolheu o imposto depois de realizada a ação fiscal, devendo pagar a notificação com multa, e se for o caso, efetuar o estorno do pagamento feito em duplicidade em momento posterior à ação fiscal.

Quanto à inconstitucionalidade da antecipação do pagamento do imposto devido, não cabe a este órgão julgador apreciar inconstitucionalidade de lei ordinária estadual, assim como não tem competência para aplicar redução ou extinção da multa.

Face ao exposto voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **298942.1435/23-2**, lavrada contra **CIASEEDS AGRONEGÓCIOS LTDA.**, devendo ser intimado o notificado, para efetuar o pagamento de imposto no valor de **R\$ 17.553,06**, acrescido de multa de 60%, prevista no art. 42, II, alínea “F” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF 13 de junho de 2024.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE

ILDEMAR JOSÉ LANDIN – RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR